

# A Emergência dos Discursos Femininos em Sergipe

*Maria Leônia Garcia Costa Carvalho (UFS)*

**Resumo:** Na terceira década do século XX, as mulheres aracaianas unem-se ao movimento feminista nacional e produzem uma revista, intitulada *Renovação*, que, além dos pleitos feministas, também se abre à participação de escritores, caracterizando-se, conforme diz a dirigente, como um *magazin literário*. Essa pesquisa analisou produções poéticas femininas, verificando-lhes a autoria, os temas recorrentes, a possível sintonia entre eles e suas lutas, enfim, o imaginário feminino da época. Observou-se que a maioria das autoras se ocultava em pseudônimos e omitia sobrenomes, talvez para preservar a imagem e proteger-se das pressões de uma sociedade avessa à presença feminina no espaço público. Os temas não demonstram engajamento político, falam, sobretudo, de amores desfeitos, desilusões amorosas, crenças no destino, retomando formações discursivas patriarcais, em que a realização da mulher se ancorava no plano amoroso, no tão sonhado casamento.

**Palavras-chave:** Revista *Renovação*, poesias femininas, imaginário feminino.

## 1 DISCURSOS PIONEIROS

Os discursos femininos em Sergipe encontram terreno fértil para brotar somente no final do século XIX, início do século XX, um tanto tardiamente em âmbito nacional, desde que já circulavam revistas fundadas e dirigidas por mulheres, voltadas a seus interesses desde a segunda metade do século XIX. O acesso à instrução, no início desse século, permitiu à mulher introduzir-se mais no processo social urbano, ocupando espaços, definindo-se em funções e construindo, aos poucos, uma mentalidade.

No entanto, apenas nos últimos decênios do século XIX, os discursos das mulheres sergipanas eclodem, fazendo o silêncio inicial significar através da materialidade linguística, primeiramente através de uma escrita de caráter autobiográfico: diários, memórias, álbuns, cartas; depois, na literatura, na imprensa educacional e feminina, ou partilhando o espaço com o outro sexo, em jornais e periódicos de centros urbanos, sobretudo em Aracaju.

Isto permitiu a ampliação do campo de visibilidade para além do espaço restrito do lar, contribuindo para perceber como algumas mulheres participavam da vida social na passagem do século XIX para o século XX, através de vestígios acerca da sociabilidade, do cotidiano, das práticas de leitura, do seu processo de educação e emancipação, de suas lutas e conquistas (FREITAS, 2003, p. 46).

Conforme Freitas (2003), em suas primeiras manifestações escritas, o discurso feminino assume um tom eminentemente pessoal, manifestando a ambivalência, ao mesmo tempo, de uma “escrita para si”, construída no cotidiano, como os diários, ou para “além de si”, através de narrativas em que recordam acontecimentos do passado, tentando materializar os vestígios do tempo, da infância à velhice.

O texto de memórias, assinado por Aurélia Dias Rollemberg, e, posteriormente, analisado e publicado por Albuquerque (2005) com o nome “Memórias de Dona Sinhá”, é um dos remanescentes desse tipo de documento, escrito no início do século passado. Aurélia viveu no período de 1863 a 1951, filha de família aristocrática, de tradição política e econômica de Sergipe, casa-se com um médico, também de família tradicional. Suas memórias muito bem retratam a vida e a intimidade das famílias da aristocracia sergipana no período imperial, destacando-se alguns fatos da vida cotidiana, as lembranças da infância e da adolescência, as relações familiares, a educação das moças na época, o papel das governantas estrangeiras, as festas, os arranjos matrimoniais, o cotidiano do casal, a relação com os escravos, depois com os empregados, as práticas religiosas, acontecimentos como a abolição da escravatura, a proclamação da república etc.

Esses relatos são, segundo Ranum (*apud* ALBUQUERQUE, 2005), os “lugares do íntimo”, em que o espaço interior aflora, muito embora se verifique certo “recato” ao falar de determinados assuntos, como sentimentos de amor, intimidades amorosas, sexo, desejos etc., talvez, quem sabe, pelo receio de caírem nas mãos de alguém, de serem lidos e censurados. Não foi à toa que muitos desses escritos se perderam, escondidos em sótãos ou baús, muitas vezes até mesmo destruídos, rasgados ou queimados.

A análise das memórias de Aurélia (Dona Sinhá) revela sua capacidade de observação e sensibilidade, presentes em diversas passagens de seu diário, em que deixa transparecer, além dos sentimentos de alegria, amor, felicidade, também, de forma bastante sutil, os de tristeza, piedade, insatisfação, timidez, acanhamento, inconformação, dentre outros.

Nota-se, por exemplo, o desagrado de Aurélia, quando, após o matrimônio, é obrigada a residir com a sogra, mulher imponente e severa, e a conviver com pessoas que lhe eram estranhas, sufocando a vontade de ter sua própria casa. Em várias passagens, verifica-se a recorrência a esse desejo, a afetividade que lhe desperta a lembrança do lugar que abrigaria a ela e a Gonçalinho, que pertencesse apenas aos dois, um lar (desejei muito a nossa ‘casinha’), e o sonho destruído, o sentimento de frustração.

Em silêncio, sofre por ter de submeter-se a um destino que lhe é imposto, submissão que se estende ao próprio cônjuge, por força, talvez, de sua dependência materna e sua condição de neófito na vida matrimonial, pois, através do relato, observa-se que ambos se gostavam e ele também tinha planos, mas por lhe faltar forças para o enfrentamento, para impor seu plano inicial (ter sua casinha no alto do morro), se submetia e a consolava.

A tristeza de Aurélia revela tanto a comoção da perda, uma fissura do lar original, pois junto com ela vieram todos seus pertences, como uma situação nova que surge em sua vida, algo até então totalmente inusitado. Junto ao sentimento de pena, o desgosto, o acanhamento diante dos escravos de Gonçalinho, do próprio marido e de sua sogra, os sentidos do novo, do estranho. Aurélia, também, faz comentários a

respeito do contraponto que havia no sentido de justiça para com os escravos, entre o filho e a mãe, corroborando mais uma vez a severidade da sogra.

Verifica-se, também, em seu texto, a inibição ao falar de assuntos íntimos, no caso, a gravidez, por tratar-se, sem dúvida, de questão da individualidade e da intimidade, forçando-a a preservar-se, a acanhar-se, a um constrangimento muito comum às mulheres daquela época. Daí, o silêncio, a necessidade de não se expor. Isola-se no quarto para, então, passar a preparar o enxoval, mas se acanha de pedir dinheiro para a compra do material necessário. Seu socorro é uma irmã que a visita, Amélia.

Observa-se, então, uma espécie de recuo em sua personalidade que, irreversivelmente, se revoluciona, porquanto o agente necessário dessa transformação, o esposo, é afastado desses acontecimentos, o que se compensa com uma presença fraterna. Na relação marido-mulher, ainda que haja querença entre ambos, não há ainda a solidez pretendida, uma vez que se evidencia, de forma inegável, a relutância, o descarte do consorte como alternativa, no caso, em relação ao dinheiro para o enxoval da criança.

É sobremaneira sabido que, nas sociedades patriarcais, as meninas-moças se sujeitavam a muitas restrições e regramentos que as levavam a pudores ou acanhamentos excessivos, tornando-se severamente reservadas até mesmo ante seus familiares, sobretudo os masculinos, o que se estendia para seus tempos iniciais da vida matrimonial. O depoimento de Sinhá não se afasta desse entendimento. Como agravante, tem-se em conta que, em seu caso, ainda havia uma matriarca que se via obrigada a dar continuidade ao papel do patriarca morto. Certamente, caso ela se recusasse a essa obrigação, ter-se-ia o risco do total desmantelamento familiar e patrimonial.

Segundo Albuquerque (2005, p. 33), nos diários de D. Sinhá “a sexualidade feminina revela-se como um dos temas mais dissimulados, por meio do silêncio ou do silenciamento imposto culturalmente”. Realmente, ao referir-se à noite de núpcias, a autora não fala de qualquer intimidade, limita-se a um relato ligeiro e discreto da preparação para a alcova. Há em seguida um pequeno trecho riscado, provavelmente houve o intento de falar sobre o que aconteceu depois que o esposo a levou consigo para o cômodo do casal e o possível arrependimento:

Me levaram para o meu quarto, 2 juntos, mas eu fui mudar a roupa e me deitei no segundo quarto; eu sempre tive o sono pesado, me deitei e adormeci logo; mais tarde Gonçalinho veio me acordar e levou-me para o nosso quarto.[riscado] (p. 92).

Percebe-se, nas memórias de Aurélia, a restrição em falar sobre assuntos da privacidade, o que talvez se explique não só pela censura, pela proibição de se falar em temas dessa natureza em determinadas situações, mas como uma forma de resguardar-se, de não se tornar vulnerável às visões distorcidas, às conversas maldosas, típicas de uma sociedade bisbilhoteira e preconceituosa, caso o escrito caísse em mãos alheias.

Ao examinar algumas cartas de mulheres sergipanas, Freitas (2003) afirma que elas revelam muito pouco da intimidade, sendo, em sua maioria, de cunho informativo e testemunhal, embora não deixem de manifestar suas opiniões e posturas diante de momentos difíceis, suas formas bem características de enfrentamento dos problemas, suas vivências. Tais documentos, contudo, são de difícil acesso, mantidos ainda hoje em sigilo por famílias consideradas tradicionais que não querem expor a intimidade de seus familiares, mesmo os já falecidos.

Algumas mulheres, no entanto, fugiram à regra, lançaram-se além do espaço doméstico e manifestaram-se sobre a organização social, unindo sua voz a de outras em nível nacional e contrapondo-se às injustiças sociais, a exemplo de Etelvina Alves Siqueira, jornalista, abolicionista, poetisa, professora da Escola Normal Rui Barbosa, que teve um papel relevante na sociedade aracajuana do final do século XIX e início do XX (PINA, 1994).

Portadora de diploma de normalista e docente em escola pública do estado, procurou Etelvina “sensibilizar o seu público da necessidade de combater a prática escravista dominante” (LIMA, 1998). Seu entusiasmo pela causa abolicionista, entretanto, vai muito além do seu exercício profissional, a ponto de engajar-se ao projeto de seu tio, Francisco José Alves, fundador da Sociedade Emancipadora A Cabana do Pai Tomás e dos periódicos aracajuanos *O Descrido* e *O Libertador*, que serviram de porta-voz aos ideais emancipadores, colaborando, para isso, intelectual e financeiramente. Ademais, ela ainda tinha o cuidado de alfabetizar os filhos dos escravos “como uma forma de tentar mudar a situação através da leitura e do saber” (LIMA, 1998, p.14).

*O Descrido*, fundado em 1881, é fechado em 1882, sendo, então, lançado *O Libertador*, pelo mesmo proprietário e com os mesmos objetivos, cuja circulação se estendeu até o ano de 1885. Neles foram divulgados textos, em prosa e em verso, de intelectuais empenhados na defesa da causa abolicionista, tendo a imprensa, então, a “função de esclarecedora da opinião pública”, apesar de, na época, existirem poucos alfabetizados. A atuação de Etelvina teve grande destaque, tanto através dos discursos que pronunciou na entidade abolicionista A Cabana do Pai Tomás, como nos jornais em que colaborou como articulista. Embora confesse sua timidez, não deixa ela de utilizar sua aludida “débil voz” para manifestar sua intenção, seu projeto político e exaltar os sergipanos a unirem-se a sua luta:

O que me despertou o coração não foi a louca vaidade, foi o gemido escravo: foram as lágrimas pungentes desses infelizes que estalam-se, há tantos anos, no charco nojoso da escravidão [...] Se Deus não ouve os seus lamentos, se não chegam ao céu as suas dores, cumpre à mocidade corrigir o erro de Deus, na frase sublime do Dr. Tobias Barreto [...] coragem, pois, não recueis um passo, se quereis merecer o nome de sergipanos.[...] Estamos convencidos da inconcebível degradação a que tem descido as leis de nossa pátria, pactuando com a barbaridade execrável de conspurcar-se os foros de milhares de cidadãos, de privá-los de viver, de fazer parte do corpo coletivo que se chama sociedade, de possuir um lar, arrancando-lhes a fé, crença, usos

e costumes [...] Nefasta instituição! (a sociedade escravista). Mesquinho capricho, que converte os homens em feras, em verdugos de seus próprios irmãos! É ser muito cruel! (ETELVINA *apud* LIMA, 1998, p. 25-27)<sup>1</sup>.

Contrapondo-se ao que se diz sobre a vaidade das mulheres, Etelvina declara que o que tocou sua sensibilidade feminina “não foi a louca vaidade, mas o gemido escravo”, assimilando, em relação a si mesma, o sofrimento do escravo, submetido aos senhores que os limitavam e, mesmo, que lhes castravam a personalidade. Refere-se ela ao “charco nojoso da escravidão”, passando-nos a ideia de repulsa e da indignação que sente em relação a um sistema que degrada o ser humano, privando-lhe da liberdade e do direito a uma vida digna.

Numa atitude transgressora, apropria-se ela das palavras de Tobias Barreto, célebre escritor sergipano do século XIX que lutou contra a escravidão, no intuito de dar mais força a seu discurso e conclama a juventude a corrigir o “erro de Deus”, que se mostra indiferente à tamanha injustiça. Tece também severas críticas à justiça humana e às leis que compactuam com tal “barbaridade execrável”, qualificando a sociedade escravista de “nefasta instituição”.

O discurso de Etelvina é transgressor em diversos aspectos, pois, além das censuras que faz à sociedade escravista, apresenta formações discursivas que se contrapõem às dos discursos patriarcal e religioso, pois enquanto estes exaltavam a figura do patriarca e a divina como potestades, senhores poderosos e soberanos, infalíveis em seus atos, o seu os trata como seres passíveis de falha, capazes de errar.

Na verdade, nessa voz que ela presume débil, o que se vê é a expressividade que sintetiza uma dramática situação humana que não mais se podia tolerar, adversa aos princípios de liberdade já consagrados no século XIX. Não mais se oportunizava o silêncio e a conformação, a tolerância ao inadmissível. Daí as palavras veementes de Etelvina evocando o repúdio e, ao mesmo tempo, a rebeldia ao *statu quo*.

Segundo Alves (1980, p.67),

[...] para as mulheres abolicionistas, a libertação do negro iria *pari passu* com a libertação da mulher. Foi a reprovação e a resistência encontradas à sua participação pública a favor da abolição que as convenceu de sua própria sujeição [...] No movimento abolicionista aprenderam a reconhecer seus interesses e a se organizar para defendê-los .

Não só Etelvina, mas outras mulheres, em todo o país, somaram-se em defesa da causa abolicionista, manifestando sua indignação contra a desumanidade a que os negros eram submetidos. A censura, a reprovação e a resistência da sociedade à sua aparição e participação pública lhes despertaram a consciência da sujeição a que estavam obrigadas e lhes acenderam os ânimos para o questionamento de sua situação

<sup>1</sup> Discurso pronunciado em 02/12/1883. Segundo Lima (1998), o texto desse discurso foi posteriormente publicado em O Libertador.

e a reivindicação de seus direitos, organizando-se em movimentos sociais e inserindo-se em outros campos de atuação.

Muitas outras sergipanas, nessa época, se destacaram em atividades políticas, educativas e, também, em profissões liberais. Entre elas, Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, primeira deputada estadual sergipana, Ítala Silva de Oliveira, professora e médica, Cesartina Regis de Amorim, professora e farmacêutica, Maria Rita de Andrade, advogada e professora, dentre outras. Mulheres corajosas e dispostas a tudo fazer para serem reconhecidas como profissionais tão capazes quanto o homem.

No entanto, não foram poucas as dificuldades que enfrentaram de diversas ordens, provindas não somente do sexo considerado forte, que mantinha um discurso sexista para se proteger das mudanças que ocorriam em seu meio social, mas de outras mulheres que não chegaram a entender o que elas ambicionavam. De acordo com Coracini (2007, p. 80), “todos os problemas vinham, certamente, do imaginário que a sociedade em geral havia construído em torno da mulher: ela era feita para salvar o bem-estar da família, para se casar e ter filhos, para proteger o marido e os filhos”.

Apesar dos estreitos limites que lhe eram permitidos, algumas mulheres conseguiram ultrapassá-los, mesmo enfrentando barreiras e preconceitos, através de uma atuação mais ampla na vida social. Percebe-se já, em seus primeiros passos, um intuito discursivo ou um querer dizer<sup>2</sup>, embora, às vezes, tímido, tateante, cuidadoso, como quem procura espaço favorável, terreno firme para se fixar. Há entre elas uma preocupação com a própria identidade, desenvolvendo não apenas formas de expressão, mas de transgressão aos padrões que lhe foram administrados, sendo patentes pressões por referências mais genuínas.

## 2 INÍCIO DO SÉCULO XX: AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO FEMININO

No início do século XX em Aracaju, a vida intelectual ganha novos contornos, pois existia a crença de alguns de que a educação era fundamental para promover o desenvolvimento do estado. Além de escolas, são criadas instituições e clubes literários diversos, com o objetivo de difundir o conhecimento, estimular a erudição, a exemplo do Gabinete Literário de Aracaju, o Gabinete Literário Tobias Barreto, a Liga Sergipana contra o Analfabetismo, o Clube Literário e Educativo, Horas Literárias Sílvio Romero, entre outros. Tais agremiações primavam pelo cultivo do sentimento cívico, através de suas conferências e discursos, preocupavam-se em organizar tertúlias literárias em que a troca de elogios entre os participantes, uma das estratégias utilizadas para a solidificação da inteligência sergipana.

Os serões literários abriram as portas, também, à participação feminina, na execução de músicas, canções, pequenas encenações, declamações de poemas etc., sobretudo de senhoras de destaque no seio social, como foi o caso da ex-primeira dama do estado, Joelina Cardoso, que patrocinava eventos, movimentando a vida social e estimulando vocações literárias e artísticas. Conforme Nunes (1984, p. 255-256), “as mulheres davam brilho aos serões literários, despertando as fantasias masculinas.

<sup>2</sup> Termo tomado de empréstimo a Bakhtin (1992, p. 300).

Brilhos necessários, atrativos maiores, quase únicos na maioria das vezes, quando só restavam formalidades, etiquetas e discursos vazios que se circunstanciavam em excessos retóricos”.

As palavras de Nunes não só confirmam a quem se destinavam tais serões, restritos a determinadas classes sociais como nos revelam que, além do objetivo supostamente pretendido de “difundir o conhecimento e estimular a erudição”, constituíam um espaço de apresentação da mulher à sociedade, ainda vista como objeto de adorno, nesse caso, dos salões, e aos moços que tinham pretensões matrimoniais.

Durante quase toda a primeira metade do século XX, a moça prendada, ideal para o casamento, em terras sergipanas, era ainda aquela séria e reservada que, além de habilidades domésticas, sabia ler e falar francês, tocar piano, declamar ou até mesmo escrever poemas bem comportados, manifestar sentimentos e pensamentos elevados, relacionados à ética, à moral e alusivos à caridade e à fé cristã.

Embora se verifiquem mudanças consideráveis em relação ao passado, mantinha-se, ainda, aquele ideal de mulher perfeita, voltada às prendas do lar e aos sentimentos cristãos, ideal típico da época colonial e do império e, embora lhe fosse permitido, em ocasiões raras, ler, escrever, declamar, tocar piano, pronunciar-se em público, não podia transgredir as regras e recomendações sociais que ditavam o que deviam ler e escrever, que músicas tocar, como comportar-se em público e, até mesmo, quais pensamentos lhe eram convenientes. Veja-se, por exemplo, o que nos expõe Leonor Telles de Mendonça (1890-1976), em seu poema, que muito bem manifesta a ideologia patriarcal ainda tão arraigada aos pensamentos, comportamentos e costumes:

A Mulher Perfeita  
(A Dulce)

Que coração mais terno e mais  
Alma plena de tão raras virtudes  
Qual mais firme creatura, mais constante  
Se não tu, que és sincera e não iludes.

És emblema da mulher perfeita  
Filha ou irmã, amiga dedicada  
Sempre de nossos corações a eleita  
Por eles muito e muito abençoada

Recebeste de Deus esta missão  
Esposa devotada e exemplar  
Cumpriste-a com valor – abnegada –

A saudade te veta o coração  
O esposo adorado a prantear!  
Mas serás por teus dotes bem falada.

Ainda que tenha havido, ao longo do tempo, certa flexibilização em relação ao papel da mulher, havia determinações histórico-sociais das quais não podia escapar.

Ainda em pleno século XX, é patente a imposição de formas de conduta, de instrução e, até mesmo de pensamentos. Estabelecia-se uma série de prescrições que determinavam o que ela devia pensar, cultivar em sua intimidade, como agir e, evidentemente, escrever, desconsiderando-se sua personalidade, seu modo pessoal e privado.

Graziela Cabral, em artigo da revista *Renovação* (1931), fala sobre a vida em Sergipe no início da década de 30:

As famílias se retraem, com medo das “censuras”... e essa pobre mocidade vive estiolada, sem um centro de reuniões familiares, onde as moças sob o olhar de seus pais, ou de pessoas de responsabilidade, possam se divertir, cultivar os esportes, trocar idéas, elementos todos estes de civilização e que, à exceção de Sergipe, está disseminado por tantas cidades em que tenho andado. [...] Só em Sergipe, na minha terra querida, as senhoras casadas têm que ficar em casa, enquanto os maridos estão na rua, porque, dizem, têm medo das más línguas... (RENOVAÇÃO, n. 21, p. 14).

O trecho do artigo acima muito bem retrata a sociedade sergipana do início do século XX, mostrando-a em descompasso com relação a outros centros do país. Percebe-se, nas palavras da autora, o rigor a que eram submetidos jovens e mulheres, que viviam policiados e fiscalizados em todos os momentos, abolindo totalmente a privacidade e a pessoalidade, restando-lhes apenas o silêncio para as questões íntimas.

Está implícita, em seu discurso, a carceragem domiciliar das mulheres, acuadas pelos maledicentes e por familiares que se extremavam em vigiar, quando não punir, filhas e esposas que ousavam transgredir as prescrições sociais, sendo suficiente um mero indício, ou uma simples desconfiança, para reprovação do suposto comportamento.

Graziela Cabral, ao tempo em que condena o comportamento da sociedade e a falta de espaços públicos para reuniões, diversões, prática de esportes da juventude, incorpora em seu discurso elementos pré-construídos: “onde as moças sob o olhar de seus pais ou de pessoas de responsabilidade possam se divertir...” Conforme vemos, o olhar vigilante dos pais e dos maridos, tal qual um “Big Brother”, não apenas controla os comportamentos, mas os próprios pensamentos.

De acordo com Ribeiro (*apud* FREITAS, 2005, p. 139), no Brasil, quando, no final do império, alguns intelectuais defenderam a instrução feminina, não tinham o objetivo de preparar as mulheres para entrar no meio profissional, pois ainda as julgavam incapazes para tal, nem tampouco pretendiam que alçassem vôos no meio literário ou científico, mas apenas dotar-lhes de conhecimentos básicos ou de algumas habilidades manuais imprescindíveis à boa mãe de família e ao gerenciamento do lar.

Algumas brasileiras, entretanto, se empenharam em romper as barreiras do preconceito e escapar da inércia a que estava presa a população feminina brasileira do século XIX. Mulheres como a escritora Nísia Floresta e a jornalista Violante Bivar e Velasco demonstraram imensa preocupação com educação feminina, considerando-a o primeiro passo a ser dado para a emancipação da mulher.



Esta preocupação com a educação revela a consciência que tinham aquelas que conseguiam romper as barreiras, de que nada se poderia fazer enquanto a imensa maioria das mulheres se mantivesse ignorante. [...] Era necessário primeiro tirar-lhes as vendas dos olhos, para que depois pudessem reivindicar seus direitos políticos e jurídicos (ALVES, 1980, p. 89).

Sem dúvida, para reivindicar seus direitos, as mulheres precisavam, antes de qualquer coisa, conhecê-los e ter consciência do estado degradante em que se encontravam. Para tanto, o aprendizado da leitura e da escrita, o retirar do véu que lhe fechava os olhos, era a condição básica para romper as barreiras da ignorância.

### 3 OUSADIA E TRANSGRESSÃO FEMININAS: PENETRAÇÃO NA MÍDIA

Em terras sergipanas, destacou-se a professora e médica Ítala Silva de Oliveira, que escreveu para vários periódicos locais<sup>3</sup> e de outros estados brasileiros abordando temas relacionados à mulher e às causas feministas, tais como: a educação, o papel da mulher, o casamento civil, a luta pelo voto feminino, entre outros. Em um de seus artigos, intitulado “Contra o Analfabetismo”, Ítala fala sobre a importância de educar as mulheres operárias, como forma de terem melhores condições sociais, integrando-as à coletividade tal qual o homem:

Educar a mulher quer dizer preparar gerações futuras para o trabalho e para o engrandecimento da pátria, porque ella, companheira do homem e sua auxiliadora na educação da prole, há de instruindo-se comprehender a honradez em que se consiste e comprehendendo-a forçosamente transmittirá aos filhos as noções d’esta virtude.[...] Sendo levada a efeito sem o ruido dos applausos, que na maioria das vezes prejudicam a marcha das boas accções, ella visa tornar a mulher membro perfeito da collectividade, igual ao homem, em tudo, tendo sobre ella a vantagem de ser mais caritativa e mais humanitária. E eu não lhe regateio applausos pois vejo nisso o prenuncio de uma epocha melhor para as nossas operárias. Instruída e educada, sabendo o que é, e como deve viver, a mulher há de indiscutivelmente melhorar as suas condições sociaes (Diário da Manhã, 28/ 05/ 1916, Ano VI, p. 2).

Procurando se sintonizar com a chegada da Revolução Industrial no Brasil e, especificamente, em Sergipe, onde surgem mulheres operárias trabalhando nas fábricas de tecido em condições degradantes, Ítala exprime, através de seu discurso, a consciência de que a mudança na mulher, através da educação e do preparo para o trabalho, trará benefícios não apenas a ela, mas repercutirá positivamente na educação de seus filhos, beneficiando a sociedade como um todo. Vislumbra, também, na educação, a oportunidade de a mulher desempenhar papéis típicos dos homens no seio comunitário, além de obter melhores condições sociais.

<sup>3</sup> Segundo Freitas (2003), Ítala, no período de 1914 a 1917, colaborou nos seguintes jornais sergipanos: Diário da Manhã, O Democrata e O Estado de Sergipe. Fora de Sergipe, escreveu para O País, no Rio de Janeiro, e para a Revista Feminina, editada em São Paulo. No final da década de 20, contribuiu com o Almanak de Sergipe.

Em outro artigo “Revista Feminina”, publicado no mesmo jornal em junho de 1916, Ítala faz referência ao papel conquistado paulatinamente pelas mulheres que sentem a necessidade de aplicar-se a outras atividades, acompanhando as mudanças sociais e desmistificando a ideia corrente de incapacidade feminina:

[...] Que a mulher é capaz de, condignamente influir nos problemas sociais; que, ella, quando instruída, prova tão bem como o seu companheiro, é um fato real e palpável, que se nos apresenta tão claro como claros são os raios de sol nos dias estivaes. Antigamente constituía excepção a mulher que na literatura ou em qualquer outro ramo do saber humano se destacasse; hoje não [...] É que ella comprehendeu que assuntos mais importantes que o debatido problema do amôr, reclamam a sua attenção. As multiplas transformações, que com o correr dos tempos, se vão operando nas sociedades, lhe fazem ver a necessidade que tem de applicar sua actividade melhor do que a tem aproveitado até agora (Diário da Manhã, 23 de junho de 1916, Ano VI, p. 1-2).

O discurso muda em função do momento histórico-social que o determina. Percebe-se bem essa mudança no segmento discursivo acima, em que Ítala discute a atuação da mulher na sociedade, não como uma possibilidade, mas como um “fato real e palpável”, compreendeu ela a necessidade de usar argumentos mais convincentes para fazer valer suas palavras, e nada melhor do que demonstrar através de provas cabais a “performance” feminina no início do século XX, em que as transformações sociais impõem à mulher uma nova realidade, que vai além do amor e do lar, estendendo-se a outras atividades, as quais, segundo o diz “tem que aplicar melhor do que a tem aproveitado até agora”.

Nas décadas de 20 e 30, as mulheres, engajadas na luta por mudanças que lhes favorecessem no seio da sociedade, desenvolveram artifícios de ocupação do espaço público e de penetração na imprensa escrita e radiofônica. Escrever em jornais e periódicos, ou falar em público configurava-se, na época, uma atitude extremamente ousada, pois, de acordo com Freitas (2005, p. 139), “a mulher intelectual e emancipada neste período era considerada com certa suspeição, tendo em vista que poderia influenciar, de forma negativa, outras mulheres que estavam acomodadas em papéis tradicionais como: esposas, mães e donas de casa exemplares”.

Ora, a invasão do espaço público, um espaço que não era o seu nem lhe era destinado foi, sem dúvida, uma atitude transgressora e corajosa de algumas mulheres que ousaram ir além, independentemente das consequências que lhe poderiam advir, como realmente ocorreram. Em nível nacional, autoridades, juristas, políticos em geral, respaldados na ciência e apelando para os prejuízos acarretados à família, espaço que lhe era prioritariamente destinado, negam-se a reconhecer suas pretensões de autonomia e tentam limitar suas ações, desejos e emoções.

Embora com tantas dificuldades e restrições, a luta das mulheres persiste e, aos poucos, os seus discursos vão tomando corpo, saindo do espaço privado e adentrando o público, ganhando visibilidade e ampliando seu espaço de atuação. As sergipanas passam a dividir postos, antes somente ocupados por homens, em jornais e

revistas, tanto editados em Sergipe, a exemplo da “Gazeta de Sergipe”, o “Correio de Aracaju”, o “Diário da Manhã”, a “Ordem”; como fora do estado, até mesmo na imprensa carioca e paulista. (FREITAS, 2003).

A década de 1920 rompe, marcada por inúmeros descontentamentos que se vinham manifestando ao longo da República, relacionados não apenas às esferas econômica e política, mas também à corrupção do sistema eleitoral vigente, e ao terreno das ideias, do comportamento, dos valores. Em decorrência, tais insatisfações eclodem em diversos movimentos, como o Tenentismo, a criação do Partido Comunista, o Modernismo, o crescimento do Feminismo etc.

Mesmo em meio aos conflitos da primeira metade do século XX, um período de tantas inquietações e mudanças de ordem social, econômica e política, as mulheres sergipanas, rompendo com os padrões da época e unindo-se ao movimento feminista nacional, não só idealizam, mas produzem e dirigem uma revista que circula, em Aracaju, de 1931 a 1934, intitulada *Renovação*, publicação literária e cultural que se propõe a ser “o celeiro das inteligências ávidas de elevação” (*RENOVAÇÃO*, 1931, n.1).

Dirigida pela primeira advogada sergipana, Maria Rita Soares de Andrade, e tendo como colaboradora a professora e médica Ítala da Silva Oliveira, essa publicação permite uma aproximação maior com as condições das mulheres no início da década de 30, pela imensa variedade de discursos femininos, tanto os de cunho político, que falam da vida local e nacional, denunciam as mazelas do regime republicano, reivindicam direitos e apresentam propostas de mudanças, como os que falam sobre o movimento feminista nacional, os que tecem críticas ferrenhas ao tratamento dispensado às mulheres na sociedade, como os literários: crônicas, contos e poesias.

Destaca-se, em especial, a atuação de Maria Ritta, a frente dos trabalhos, responsabilizando-se pela maioria dos editoriais e artigos de cunho político, embora muitas outras mulheres, como Graziela Cabral, Maria Eugênia Celso, Lili Tosta, Marinetti Mendonça Cardoso, Maria Amália de Faria, Amália Soares de Andrade e até mesmo Bertha Lutz, tenham prestado sua decisiva colaboração para o sucesso dessa revista que chegou a ter 40 números publicados entre 1931 e 1934.

Enfim, mulheres sergipanas escritoras e audaciosas penetraram no espaço público e, unidas por uma práxis, romperam barreiras, abriram várias frentes de combate, batalharam por um espaço, uniram-se ao movimento feminista nacional na luta pela igualdade de direitos, fazendo um a revolução disfarçada em benefício próprio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, S. B. de M. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial/ Scortecchi Editora, 2005.
- ALVES, B. M. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1980.
- ANDRADE, Maria Ritta Soares de. **APRESENTANDO**. Revista Renovação, nº 1, p. 3, 01 jan. 1931.
- CABRAL, Graziela. **De São Paulo**. Revista Renovação, nº 21, p. 14. 01 de dez. de 1931.
- CORACINNI, M. J. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.
- FREITAS, A. G. B. de. **Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2003.
- FREITAS, A. G. B. de. Em defesa da educação feminina - os discursos veiculados na imprensa sergipana de autoria feminina, as primeiras décadas do século XX. In: **Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos**. CRUZ, M. H. S. e ALVES, A. A. C. de F. (orgs.) Aracaju: FAP-SE; São Cristóvão: UFS, 2005; p. 139- 149.
- MOREIRA, N. M. de B. **Da margem para o centro: a autoria feminina no discurso feminista do século XIX**. Disponível em: <http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/9nadilzabh.htm>. Acesso em: 01 mai. 2004.
- NUNES, M. T. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; S. Cristóvão: UFS; Aracaju: SEC/SE, 1984.
- OLIVEIRA, Ítala Silva. **Contra o Analfabetismo**. Diário da Manhã, 28/ 05/ 1916, Ano VI, p. 2.
- OLIVEIRA, Ítala Silva. **Revista Feminina**. Diário da Manhã, 23 de junho de 1916, Ano VI, pp. 1-2.
- PINA, M. L. M. **A mulher na história**. Aracaju: SNT, 1994.